

País pode parar com sua poupança a zero

De todos os recursos arrecadados, a União só terá que contar com apenas 16,5%

O País terá que recuperar rapidamente sua poupança em conta corrente, caso contrário o crescimento econômico será paralisado. Esse alerta foi feito pelo presidente José Sarney, através de seu porta-voz, Frota Neto, durante entrevista no Palácio do Planalto. Frota Neto revelou que o volume de poupança neste ano é 0,0 por cento em relação ao PIB, uma queda vertiginosa, já que em 1970 chegou a registrar 6,1 por cento.

Segundo o porta-voz, antes da reunião ministerial, Sarney, com o apoio de seu ministro da Fazenda, Bresser Pereira, fez um minucioso diagnóstico das finanças do País, e o quadro analisado é dos piores. Até o final deste ano, o Governo procurará todas as fórmulas para reduzir o déficit público numa tentativa final de evitar um virtual estrangulamento das finanças públicas. Dos números analisados pelo Presidente

da República e o ministro Bresser Pereira, surgiram cifras que preocuparam José Sarney. Neste ano, a carga tributária líquida caiu para 10 por cento em relação ao PIB (em 74 era de 17,4 por cento) e do total de receita disponível, a União só poderá dispor de 16,5 por cento dos recursos arrecadados, via impostos. O restante está comprometido com o pagamento dos rombos financeiros da Sunaman, Rede Ferroviária Federal, divisão do Estado do Mato Grosso, criação dos novos estados (Acre e Rondônia), saneamento financeiro do banco Sul Brasileiro (hoje Meridional) e injeções financeiras do BNH e BNDES. Além desses compromissos, a receita da União deste ano terá que arcar com um aumento de 9,4 para 16,2 por cento (entre 82 e 87) para o Fundo de Participação dos Estados e Municípios; aumento da dívida mobiliária (de 7,7 em 82 para 11,3 por cen-

to em 87), e mais 36 por cento para completar as transferências de capitalização das dívidas das empresas estatais e dos bancos estaduais.

Mas, dos 16,5 por cento que a União tem para dispor esse ano, há ainda os juros que terão que ser pagos, oriundos dos títulos da dívida mobiliária, que atingirão 11,3 por cento do total da receita da União. Segundo explicações do porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, diante desse quadro de insolvência, o Governo se viu obrigado a emitir moeda a fim de ter mobilidade financeira. Em resultado disso, foi obrigado a aumentar as taxas de juros, retirando dinheiro do mercado financeiro que teria um destino certo: financiar novos investimentos no setor privado.

A situação do País em relação ao ingresso de recursos externos também vem se deteriorando nos últimos

17 anos. No quinquênio 75 a 80, o Brasil recebeu do exterior recursos líquidos da ordem de 4 bilhões 188 milhões de dólares. De 80 a 84, houve uma queda significativa e o montante recebido foi de 857 milhões de dólares. Nos últimos dois anos, a situação ficou ainda pior, e no ano passado o ingresso de recursos foi negativo.

Frota Neto apontou também como fator preponderante dessa situação, a iniciativa do Governo de assumir os débitos externos dos estados, municípios e das empresas estatais. Segundo estatísticas fornecidas pela Presidência da República, no dia 18 deste mês, o saldo da assunção dessa dívida apresentava as seguintes cifras: total de 8 bilhões 740 milhões de dólares, dos quais, 990 milhões dos estados e municípios; 1 bilhão 832 milhões de dólares das estatais estaduais e municipais, e 5 bilhões 913 milhões de dólares das estatais federais.